

BIS libera hoje US\$ 467 milhões do empréstimo-ponte ao Brasil

BRASÍLIA — O Departamento do Tesouro americano e o Banco de Compensações Internacionais (BIS) devem desembolsar hoje a principal parcela do empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões concedido ao Governo brasileiro, a título de antecipação dos novos recursos previstos no acordo de reescalonamento da dívida externa privada do País. A parcela a ser liberada hoje, no valor de US\$ 467 milhões, cobre praticamente a totalidade do empréstimo-ponte, prevendo-se o desembolso dos US\$ 33 milhões restantes para os próximos dias. São para inteirar pagamento de juros de junho, julho e agosto.

Em São Paulo, o Presidente do Banco Central, Elmo Araújo Camões, confirmou a liberação do empréstimo, e afirmou que a situação do Brasil na comunidade financeira internacional melhorou, o que permite prever a entrada de novos recursos e novos investimentos. Lembrou que a volta do banco Deutsche Sudamerikanisch ao Brasil implica abertura de uma linha de crédito de mais US\$ 100 milhões, também de di-



Camões crê em mais investimento

nheiro novo.

Será a primeira vez, neste ano, que o Governo brasileiro recebe financiamento externo para fazer frente aos pagamentos de juros da dívida externa, que vêm sendo hon-

rados integralmente, desde janeiro, com os recursos das reservas internacionais brasileiras. No ano passado, o País contou com um empréstimo de US\$ 1 bilhão dos bancos credores privados, a partir do acordo provisório assinado em novembro, para a cobertura dos juros atrasados do último trimestre do ano passado.

A liberação do empréstimo-ponte, dividido em partes iguais entre o Departamento do Tesouro e o BIS, só foi possível pela aprovação formal do programa econômico brasileiro pelo **board** do Fundo Monetário Internacional (FMI), na última terça-feira. O aval do FMI era a única condicionalidade imposta para o desembolso efetivo do empréstimo. A devolução desses recursos está vinculada ao desembolso das duas primeiras parcelas do financiamento do Fundo Monetário, que só estarão disponíveis ao Governo brasileiro a partir da conquista da adesão da chamada "massa crítica", ou seja, de pelo menos 95% dos bancos credores, ao acordo de reescalonamento da dívida externa privada.